962
ISSN: 2230-9926

Available online at http://www.journalijdr.com

IJDR

International Journal of Development Research
Vol. 16, Issue, 09, pp.71027-71033, September, 2026
https://doi.org/10.37118/ijdr.30643.09.2026



RESEARCH ARTICLE **OPEN ACCESS**

CRÍTICA À POLÍTICA ECONÓMICA ANGOLANA CONTEMPORÂNEA: SUBIDA DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS

*** Nome Completo**

UNIPIAGET de Angola - Professor da Cadeira de Semiótica Linguística e Hermenêutica do Texto Jurídico I e II.

ARTICLE INFO

Article History:

Received 20th June, 2026
Received in revised form
25th July, 2026
Accepted 15th August, 2026
Published online 30th September, 2026

Key words:

Política económica angolana; Subida dos combustíveis; Retirada de subsídios; Poder de compra; Desigualdade social; Estabilidade macroeconómica; Protecção social; Sector produtivo; Inclusão social

****Corresponding author: Nome Completo***
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-3754-6672

ABSTRACT

Este artigo analisa de forma crítica a política económica vigente em Angola, com destaque para a recente subida dos preços dos combustíveis, especialmente do gasóleo, que passou de 135 para 400 kwanzas por litro entre 2023 e 2025. A medida, inserida no processo de retirada dos subsídios, tem gerado efeitos adversos sobre o poder de compra das famílias, a inflacção, o desemprego e o investimento estrangeiro. Embora o país registe superávit orçamental, estima-se que cerca de 400 mil milhões de kwanzas sejam poupados anualmente com a retirada dos subsídios, sem que haja contrapartidas sociais visíveis. A inflacção, que ultrapassou os 26% em 2024, tem corroído os rendimentos reais, agravando a pobreza, que atinge mais de 49% da população. O aumento dos combustíveis afecta transversalmente a economia, encarecendo transportes, energia we bens essenciais, com impacto directo sobre os sectores produtivos e a vida quotidiana dos cidadãos. A desvalorização do Kwanza e a escassez de divisas dificultam o repatriamento de lucros e desincentivam o investimento estrangeiro directo. O artigo defende a necessidade de uma reorientação estratégica da política económica, centrada na estabilidade macroeconómica, na protecção social e na dinamização do sector produtivo. Propõe-se a adopção de medidas compensatórias eficazes, estímulo à industrialização e à produção nacional, e reformas estruturais que promovam o crescimento inclusivo e sustentável, conforme previsto na Estratégia Angola 2025.

Copyright©2026, Nome Completo. *This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.*

Citation: Nome Completo. 2026. "Crítica À Política Económica Angolana Contemporânea: Subida Do Preço Dos Combustíveis E Seus Impactos Socioeconómicos". *International Journal of Development Research*, 16, (09), 71027-71033.

INTRODUCTION

A estabilidade económica é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação, especialmente em países em processo de consolidação institucional e social, como Angola. Nos últimos anos, o país tem enfrentado desafios significativos no campo da política económica, com destaque para a retirada gradual dos subsídios aos combustíveis uma medida que, embora tecnicamente justificada como parte de uma estratégia de equilíbrio fiscal, tem gerado impactos socioeconómicos profundos e controversos. Entre 2023 e 2025, o preço do gasóleo aumentou de 135 para 400 kwanzas por litro, provocando uma escalada inflacionária que ultrapassou os 26% em 2024 (INE, 2024). Este aumento afetou directamente o poder de compra das famílias, encareceu os transportes e os bens essenciais, e pressionou os sectores produtivos, especialmente aqueles dependentes da logística e da energia. A medida, inserida num contexto de austeridade e racionalização da despesa pública, ocorre num cenário de superávit orçamental, mas sem contrapartidas sociais visíveis, o que levanta questões sobre a justiça distributiva e a eficácia das políticas públicas.

A pobreza, que já atinge mais de 49% da população angolana, tem-se agravado com a retirada dos subsídios, penalizando sobretudo os grupos mais vulneráveis, como os trabalhadores informais e os utilizadores de transportes públicos (Cassâmbua, 2023; Associação Upangue et al., 2025). A desvalorização do Kwanza e a escassez de divisas dificultam o acesso a bens essenciais e desincentivam o investimento estrangeiro direto, comprometendo a recuperação económica sustentável e a competitividade nacional. Neste contexto, torna-se imperativo analisar criticamente a política económica angolana contemporânea, questionando não apenas os seus fundamentos técnicos, mas também os seus impactos sociais e distributivos. Este estudo parte da seguinte pergunta de partida: *Quais são os impactos socioeconómicos da retirada dos subsídios aos combustíveis na política económica angolana contemporânea, e como podem ser mitigados por meio de medidas compensatórias e reformas estruturais.?*

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os efeitos da subida dos combustíveis sobre a economia e a sociedade angolana, propondo alternativas estratégicas que promovam o crescimento inclusivo e sustentável, conforme previsto na

Estratégia Angola 2025. Para isso, adopta-se uma abordagem qualitativa e crítica, baseada na triangulação de fontes oficiais, estudos académicos e comunicados da sociedade civil, com o intuito de compreender a complexidade do problema e contribuir para o debate sobre justiça fiscal, protecção social e desenvolvimento económico. A subida dos preços dos combustíveis, embora possa representar uma estratégia de equilíbrio fiscal, exige uma abordagem mais sensível às realidades sociais do país, sob pena de comprometer os avanços obtidos em matéria de inclusão e desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

A metodologia adoptada neste artigo é de natureza qualitativa e exploratória, com enfoque crítico-analítico sobre a política económica angolana contemporânea. O estudo parte de uma abordagem documental e bibliográfica, utilizando fontes oficiais, relatórios institucionais, artigos científicos e comunicados de organizações da sociedade civil para fundamentar a análise dos impactos socioeconómicos da subida dos preços dos combustíveis.

ETAPAS METODOLÓGICAS

- **Revisão bibliográfica**: Foram consultados documentos como o *Plano de Desenvolvimento Nacional 2023–2027*, o *Orçamento Geral do Estado 2025*, a *Estratégia Angola 2025* e relatórios do FMI e Banco Mundial, além de estudos independentes sobre pobreza, inflacção e política fiscal em Angola (Cassâmbua, 2023; CEIC, 2021).
- **Análise crítica de políticas públicas**: A partir da leitura dos decretos presidenciais e comunicados oficiais sobre a retirada dos subsídios aos combustíveis, o artigo avalia os fundamentos técnicos e os efeitos distributivos das medidas adoptadas, com base em indicadores macroeconómicos e sociais.
- **Estudo de impacto social**: Utiliza-se como referência o modelo de análise de impacto social proposto pelo Banco Mundial (2016), que considera variáveis como poder de compra, acesso a serviços básicos, desemprego e desigualdade. A metodologia inclui a identificação dos grupos mais afectados e a avaliação da eficácia das medidas compensatórias.
- **Triangulação de fontes**: A análise é enriquecida por dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE), comunicados da sociedade civil (Associação Upangue et al., 2025) e estudos académicos sobre política económica e fiscal (Gunza, 2025; Ndosi, 2019).
- **Critério de validade**: A consistência dos argumentos é assegurada pela confrontação entre os objectivos declarados pelo executivo e os resultados observados na realidade socioeconómica, com especial atenção à coerência entre discurso político e prática governamental.

QUADRO DE TRIANGULAÇÃO DE FONTES

A triangulação de fontes permite validar as análises por meio de múltiplas perspectivas metodológicas e empíricas. No contexto do artigo sobre a política económica angolana contemporânea, aplicou-se a triangulação conforme o quadro abaixo: (Quadro - 1)

COMENTÁRIO METODOLÓGICO: A triangulação fortalece a credibilidade do estudo ao cruzar fontes de natureza estatística, empírica e teórica. A utilização de dados do *Instituto Nacional de Estatística (INE)* permite quantificar os efeitos da política económica em variáveis como inflacção e desemprego, fundamentais para mensurar o poder de compra da população. Os *comunicados da sociedade civil*, como os publicados pela Associação Upangue et al. (2025), fornecem uma dimensão social e qualitativa, dando voz aos segmentos da população directamente afectados pelas decisões governamentais. São fundamentais para identificar tensões sociais e lacunas na protecção social. Por fim, os *estudos académicos*, como os de Gunza (2025) e Ndosi (2019), contextualizam as decisões económicas dentro de paradigmas teóricos sobre justiça fiscal, austeridade e inclusão. Essa abordagem crítica permite sugerir alternativas baseadas em evidências e experiências comparadas.

Quadro 1. A triangulação de fontes que valida as análises por meio de múltiplas perspectivas metodológicas e empíricas

Tipo de Fonte	Entidade/Autor	Contribuições para a Análises
Dados Estatísticos Oficiais	Instituto Nacional de Estatística (INE)	Indicadores macroeconómicos como inflacção, taxa de pobreza, rendimento familiar e desemprego.
Comunicados da Sociedade Civil	Associação Upangue, OMUNGA, Friends of Angola, FORDU, ALDA (2025)	Perspectivas comunitárias sobre os impactos sociais da retirada de subsídios aos combustíveis.
Estudos Académicos e Técnicos	Gunza (2025); Ndosi (2019)	Análise crítica da política fiscal e monetária, com enfoque nas suas consequências distributivas.

Fonte: Elaborado pelo Autor

REFERENCIAL TEORICO

SUBIDA DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS: UMA MEDIDA REGRESSIVA: A decisão do governo angolano de aumentar o preço dos combustíveis, especialmente o gasóleo, num contexto de elevada vulnerabilidade económica da população, configura-se como uma medida de natureza regressiva. Desde julho de 2025, o preço do litro de gasóleo passou de 300 para 400 kwanzas, representando um aumento acumulado de quase 200% desde o início da retirada dos subsídios em 2023 (Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo, 2025; Angola24Horas, 2025). Tal política, embora justificada pela necessidade de equilíbrio fiscal e alinhamento com os preços internacionais, tem gerado efeitos adversos significativos sobre os grupos mais vulneráveis da sociedade.

O impacto da medida transcende o sector dos transportes, afectando toda a cadeia produtiva, encarecendo bens e serviços essenciais e agravando a inflacção. Além disso, o aumento dos custos energéticos repercute directamente sobre a capacidade de consumo das famílias, diminuindo o seu poder de compra e ampliando os níveis de pobreza. O gasóleo é amplamente utilizado na agricultura, indústria, transporte de mercadorias e geração de energia, o que provoca um efeito dominó sobre os preços dos bens e serviços essenciais (Fernandes, 2025). Consequentemente, verifica-se uma pressão inflacionária que agrava o custo de vida das famílias, especialmente aquelas que dependem da economia informal e dos transportes públicos. Embora a taxa de inflacção anual tenha desacelerado para

20,74% em maio de 2025, os aumentos nos preços dos combustíveis tendem a reverter essa tendência, com impactos diretos sobre o Índice de Preços ao Consumidor (Trading Economics, 2025). Além disso, o aumento dos custos energéticos compromete a capacidade de consumo das famílias, reduzindo o seu poder de compra e ampliando os níveis de pobreza. Segundo o World Poverty Clock, cerca de 32% da população angolana vive atualmente em pobreza extrema, com menos de 2,15 USD por dia (O Estandarte, 2024). Organizações da sociedade civil alertam que, sem medidas compensatórias eficazes, como subsídios direcionados ou reforço da protecção social, a retirada dos subsídios aos combustíveis poderá aprofundar as desigualdades sociais e comprometer os direitos básicos previstos na Constituição da República de Angola (Associação Upangue et al., 2025). Portanto, embora a racionalização fiscal seja uma meta legítima, a forma como está a ser implementada levanta preocupações quanto à justiça distributiva e à sustentabilidade social da política económica angolana. A ausência de contrapartidas visíveis para os sectores produtivos e para os consumidores mais vulneráveis reforça o carácter regressivo da medida, exigindo uma revisão crítica e a adopção de políticas públicas mais inclusivas.

EFEITOS CAMBIAIS E DESINCENTIVO AO INVESTIMENTO: A contínua desvalorização do Kwanza representa um dos principais entraves à estabilidade macroeconómica e ao ambiente de negócios em Angola. Em 2024, a moeda nacional depreciou-se em 9,1% face ao dólar e 3,5% face ao euro, tendência que se manteve em 2025, com projeções de desvalorização para 927,4 kwanzas por dólar segundo a Oxford Economics. Essa instabilidade cambial compromete a competitividade da economia angolana, encarece as importações e mina a confiança dos investidores, sobretudo os estrangeiros. A escassez de divisas, agravada pela dependência das exportações de petróleo e diamantes, dificulta o repatriamento de lucros e a realização de operações internacionais. Bancos comerciais angolanos reconhecem a pressão dos clientes pela falta de moeda estrangeira, o que tem levado muitos operadores a recorrer ao mercado informal, com custos elevados e riscos jurídicos. Essa realidade desincentiva o investimento estrangeiro direto (IED), que é essencial para dinamizar setores estratégicos como a agroindústria, mineração e infraestruturas. Embora o governo tenha anunciado medidas para aumentar a oferta de divisas, como a emissão de eurobonds e o lançamento do Novo Consórcio de Gás, os resultados ainda são tímidos. A Oxford Economics alerta que, mesmo com reservas internacionais superiores a 15 mil milhões de dólares, Angola continua fora dos mercados financeiros internacionais devido à escassez de moeda externa e à elevada percepção de risco. Sem investimento produtivo, torna-se inviável gerar empregos, aumentar a produção nacional e diversificar a economia metas frequentemente reiteradas no discurso político, mas pouco concretizadas na prática. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN 2023–2027) e a Estratégia Angola 2050 apontam para a diversificação como prioridade, mas a instabilidade cambial e a falta de previsibilidade fiscal continuam a afastar investidores. Portanto, a política económica angolana enfrenta um dilema estrutural: equilibrar a disciplina fiscal com a necessidade urgente de criar um ambiente cambial estável e atractivo para o capital produtivo. Sem isso, os objectivos de inclusão, crescimento e desenvolvimento sustentável permanecerão como promessas não cumpridas.

A FRAGILIDADE DAS POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO: A política de privatizações em Angola, conduzida através do Programa de Privatizações (PROPRIV), tem como objectivo declarado a promoção da eficiência económica, a redução da intervenção estatal e o estímulo ao investimento privado. Desde 2019, mais de 109 activos foram privatizados, com previsão de mais 19 até o final de 2025. No entanto, quando essas medidas são implementadas em contextos de vulnerabilidade social e sem mecanismos de protecção adequados, os resultados podem ser contraproducentes para a nossa economia. A entrega de serviços estratégicos como telecomunicações, energia, transportes e seguros ao sector privado, sem garantias de acesso universal e preços regulados, pode excluir grandes parcelas da população. Especialistas alertam que, embora a privatização possa aumentar a lucratividade e a eficiência das empresas, ela também pode elevar o custo dos serviços essenciais, tornando-os inacessíveis para os mais pobres. O economista Estevão Gomes observa que “a melhoria na qualidade dos serviços pode vir acompanhada de tarifas mais elevadas, o que representa um peso adicional para famílias de baixa renda”. Além disso, há preocupações quanto à transparência e equidade dos processos de privatização. Casos como o do Banco de Comércio e Indústria (BCI), vendido abaixo do valor de mercado, levantam suspeitas de favorecimento e comprometem a credibilidade do programa. A ausência de uma regulação eficaz e de políticas compensatórias reforça o risco de concentração de riqueza e aprofundamento das desigualdades sociais.

A Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025) reconhece a necessidade de um Estado activo na promoção da justiça social e da redistribuição da riqueza, especialmente em regiões historicamente desfavorecidas. No entanto, estudos recentes apontam que a redistribuição de renda continua desigual, com investimentos públicos significativamente maiores nas regiões sul do país em comparação com o norte, perpetuando disparidades regionais e sociais. Portanto, a fragilidade das políticas de privatização reside não apenas na sua execução técnica, mas na ausência de uma abordagem integrada que considere os impactos sociais e regionais. Sem salvaguardas robustas, o processo pode comprometer o papel do Estado como agente de inclusão e equidade, contrariando os princípios constitucionais de justiça social.

CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS E CAMINHOS ALTERNATIVOS: A atual orientação da política económica angolana, marcada por medidas de austeridade, retirada de subsídios e instabilidade cambial, tem contribuído para a retracção da economia interna e o agravamento das condições sociais. Embora o Governo projecte um crescimento económico de 4,1% para 2025, analistas alertam que esse desempenho pode não ser suficiente para compensar os efeitos negativos sobre o mercado interno e o bem-estar da população. A redução da capacidade de poupança das famílias é uma consequência directa da inflacção persistente e da perda do poder de compra. O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2025 estima uma inflacção média anual de 19,3%, o que compromete a estabilidade dos preços e penaliza os rendimentos reais dos cidadãos. A retracção do consumo interno, aliada à escassez de divisas e à desvalorização do Kwanza, fragiliza o tecido social e limita a capacidade de resposta das famílias às suas necessidades básicas.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental adoptar uma política económica centrada em quatro pilares:

- ***Estabilidade da moeda:*** A política monetária deve ser orientada para conter a inflacção e estabilizar o câmbio, criando previsibilidade para os agentes económicos (Expansão, 2025).
- ***Estímulo à produção nacional*:** O Executivo tem implementado medidas como o Regime Jurídico de Incentivo à Produção Nacional e o reforço da Reserva Estratégica Alimentar (REA), com preços de referência para produtos agrícolas locais, como soja, arroz e feijão.
- ***Protecção do poder de compra:*** O aumento dos salários da função pública em 25% e os investimentos em programas sociais, como o Projecto Nacional de Alimentação Escolar, são tentativas de mitigar os efeitos da inflacção.
- ***Ambiente atrativo para o investimento:*** A Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF 2025–2027) visa ampliar o acesso a serviços financeiros e fomentar a confiança dos investidores, promovendo a formalização da economia e o crescimento inclusivo.

O Estado, portanto, deve assumir um papel activo e regulador, promovendo políticas redistributivas que garantam justiça social e equidade. A Estratégia Angola 2025 reforça essa visão, ao propor um modelo de desenvolvimento centrado na inclusão, na diversificação económica e na redução das desigualdades regionais e sociais.

POR QUE AUMENTAR PREÇOS DOS COMBUSTIVEIS EM ANGOLA É CONSIDERADO UMA MEDIDA REGRESSIVA?: O aumento dos preços dos combustíveis em Angola é considerado uma medida regressiva porque afecta de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis da sociedade, agravando desigualdades sociais e comprometendo o acesso a bens e serviços essenciais.

- ***Impacto desproporcional sobre os mais pobres:*** Famílias de baixa renda gastam uma parcela maior do seu orçamento em transporte e energia. Com o aumento do preço do gasóleo de 300 para 400 kwanzas por litro, essas despesas tornam-se ainda mais pesadas.
- ***Efeito cascata na economia informal:*** Muitos angolanos dependem da economia informal e dos transportes públicos. O aumento dos combustíveis encarece o custo de vida, reduz o poder de compra e limita o acesso a serviços básicos como saúde, educação e alimentação.
- ***Aumento da inflacção:*** Segundo dados do Banco Mundial, um aumento de 10% no preço dos combustíveis pode gerar um acréscimo de até 0,5 pontos percentuais na inflacção anual, afectando directamente o orçamento familiar das classes mais vulneráveis.
- ***Ausência de medidas compensatórias eficazes:*** A retirada dos subsídios não foi acompanhada por políticas públicas robustas que protejam os mais afectados, como subsídios direccionados, aumento do salário mínimo ou reforço da protecção social.
- ***Desigualdade na distribuição de rendimentos*:** Economistas como Alves da Rocha destacam que Angola é um dos países mais desiguais do mundo. A falta de uma política salarial justa agrava os efeitos negativos da retirada dos subsídios.

QUAIS POLÍTICAS ECONÓMICAS ALTERNATIVAS PODEM ALIVIAR O IMPACTO DA SUBIDA DOS PREÇOS DOS COMBUSTIVEIS EM ANGOLA?

Para aliviar o impacto da subida dos combustíveis em Angola, é necessário adoptar políticas económicas alternativas que combinem eficiência fiscal com justiça social e estímulo à produção interna. Apresento propostas com base em estudos recentes e documentos oficiais:

Subsídios Diretos e Transferências Sociais

- Em vez de subsídios generalizados, o Banco Mundial recomenda subsídios direcionados aos sectores mais afectados, como pescas e transportes, e transferências monetárias directas às famílias vulneráveis. Mas não são os valores como se está a fazer com o Kwenda.
- Essa abordagem pode utilizar até 30,2% das poupanças geradas pela retirada dos subsídios para mitigar os efeitos sobre os preços finais. Ainda o Banco Mundial (2024) afirma que: "A eliminação total dos subsídios sem compensações sociais pode ter efeitos devastadores sobre o emprego, competitividade e bem-estar das famílias".

Fomento à Produção Nacional

- O Orçamento Geral do Estado 2025 prioriza investimentos em infraestrutura agrícola, parcerias público-privadas e apoio à produção agropecuária, com mais de 403 mil milhões de kwanzas destinados ao sector.
- A Reserva Estratégica Alimentar (REA) estabelece preços de referência para produtos essenciais, como arroz, soja e feijão, reduzindo a dependência de importações.

Estímulo ao Emprego e Empreendedorismo

- A Estratégia Angola 2025 propõe apoio ao sector privado, desburocratização e acesso ao microcrédito, especialmente para jovens empreendedores e trabalhadores informais. Se está a fazer mais sem fiscalização. Desburocratizem, os requisitos, nós sabemos que a realidade angolana ainda é informal. São poucas pessoas que tem bens registados (registos de propriedades).
- Programas como o Kwenda e o Fundo de Apoio ao Empreendedor Jovem podem ser ampliados para gerar renda e reduzir a vulnerabilidade social. (Aumentando os valores entregues)

Estabilização Cambial e Monetária

- A desvalorização do Kwanza e a escassez de divisas aumentam os custos dos combustíveis e das importações. O FMI recomenda política monetária restritiva e reformas estruturais para conter a inflacção e estabilizar o câmbio. (Liberar as divivas)

Investimento em Infraestruturas Energéticas

- A conclusão da refinaria do Lobito e o reforço da capacidade da refinaria de Luanda são medidas estruturantes que podem reduzir a dependência externa e estabilizar os preços dos combustíveis. (Essa foi a promessa esperada de 2022)

Por fim, a Indutrialização do país: A industrialização deAngola deve ser amplamente reconhecida como um vector estratégico para o desenvolvimento económico sustentável e inclusivo do país. Ao promover a transformação estrutural da economia, a industrialização não apenas reduz a dependência das importações, mas também gera empregos em larga escala, abrangendo desde trabalhadores não qualificados até técnicos especializados.

Benefícios Socioeconómicos da Industrialização

- ***Emprego para todas as camadas sociais****:* A indústria absorve mão de obra diversificada, incluindo indivíduos com baixa escolaridade, jovens em busca do primeiro emprego e trabalhadores informais. Segundo o Plano de Desenvolvimento Industrial de Angola (PDIA 2025), a meta é elevar o peso da indústria transformadora no PIB de 6,6% (2017) para mais de 9% até 2025, com forte impacto na criação de empregos formais.
- ***Redução da pobreza e desigualdade****:* A industrialização tem potencial para reduzir a pobreza ao gerar rendimentos estáveis e oportunidades de ascensão social. O programa "Transforma Aqui", voltado para a industrialização rural, visa financiar micro e pequenas empresas, promovendo inclusão produtiva nas zonas mais vulneráveis.
- ***Valorização da produção local****:* A indústria transforma matérias-primas nacionais em produtos com valor acrescentado, fortalecendo cadeias produtivas e estimulando o consumo de bens "Made in Angola".
- ***Estímulo ao empreendedorismo****:* A Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE), por exemplo, já emprega mais de 6.000 pessoas e abriga mais de 100 empresas, com destaque para sectores como construção civil, saúde, hotelaria e agroindústria.
- ***Formação de capital humano****:* O PDIA 2025 prevê investimentos em qualificação profissional e parcerias com instituições de ensino para preparar a força de trabalho para os desafios da indústria moderna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Impactos da Retirada dos Subsídios sobre o Poder de Compra e a Inflacção: A retirada dos subsídios aos combustíveis, especialmente ao gasóleo, provocou uma escalada nos preços, com o litro passando de 135 para 400 kwanzas entre 2023 e 2025. Este aumento teve um efeito direto sobre o custo de vida, pressionando a inflacção, que ultrapassou os 26% em 2024 (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2024). A inflacção elevada corroeu os rendimentos reais das famílias, especialmente das que dependem da economia informal e dos transportes públicos. A inflacção é um fenómeno que afeta desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis, pois estes destinam maior parte da sua renda ao consumo de bens essenciais, como alimentação e transporte (Banco Mundial, 2016). Segundo Cassâmbua (2023), a política de retirada de subsídios sem medidas compensatórias eficazes contribui para o agravamento da pobreza, que já atinge mais de 49% da população angolana. A ausência de políticas redistributivas agrava a desigualdade social, contrariando os princípios de justiça fiscal e inclusão previstos na Estratégia Angola 2025.

Efeitos sobre o Desemprego e os Sectores Produtivos: O aumento dos combustíveis encareceu os custos operacionais dos sectores produtivos, especialmente os ligados à logística, agricultura e indústria transformadora. Pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades para manter a produção, o que tem levado à redução de postos de trabalho e ao aumento do desemprego (Gunza, 2025). A elevação dos custos de produção sem aumento proporcional da demanda interna ou apoio estatal pode gerar um ciclo recessivo, com queda na produção, aumento do desemprego e redução da arrecadação fiscal. Além disso, a desvalorização do Kwanza e a escassez de divisas dificultam a importação de insumos e o repatriamento de lucros, desincentivando o investimento estrangeiro direto (FMI, 2025). A instabilidade macroeconómica compromete a confiança dos investidores e a competitividade da economia angolana.

Ausência de Contrapartidas Sociais e Fragilidade da Proteção Social: Apesar do superávit orçamental e da poupança estimada de 400 mil milhões de kwanzas com a retirada dos subsídios, não se observam contrapartidas sociais visíveis. Organizações da sociedade civil, como a Associação Upangue et al. (2025), denunciam a falta de políticas compensatórias robustas para mitigar os efeitos sobre os grupos mais vulneráveis. A ausência de contrapartidas sociais em contextos de austeridade pode gerar tensões sociais e comprometer a legitimidade das políticas públicas, especialmente em países com elevado índice de pobreza. A Estratégia Angola 2025 prevê crescimento inclusivo e sustentável, mas a prática governamental revela uma desconexão entre o discurso político e a realidade socioeconómica. A falta de diálogo com a sociedade civil e de mecanismos de proteção social eficazes compromete os avanços em inclusão e desenvolvimento humano (Ndosi, 2019).

Necessidade de Reorientação Estratégica: Os resultados apontam para a urgência de uma reorientação estratégica da política económica angolana. É necessário adotar medidas compensatórias eficazes, como subsídios direcionados, programas de transferência de renda e estímulo à produção nacional. A industrialização e a diversificação da economia devem ser prioridades para reduzir a dependência das importações e aumentar a resiliência interna. A diversificação económica é uma estratégia recomendada por organismos internacionais para países dependentes de commodities, como Angola, pois reduz a vulnerabilidade externa e promove o emprego (Banco Mundial, 2016). A racionalização da despesa pública deve ser acompanhada de reformas estruturais que promovam eficiência, transparência e equidade. A política económica precisa ser sensível às realidades sociais, sob pena de comprometer a estabilidade e o progresso nacional.

Propostas demedidas compensatórias e reformas estruturais que promovam inclusão social e estabilidade macroeconómica

Com base nos resultados obtidos, propõem-se as seguintes diretrizes estratégicas:

- *Revisão da política de retirada de subsídios,* com implementação gradual e acompanhada de medidas compensatórias robustas.
- *Criação de programas de transferência de renda* para os grupos mais vulneráveis, especialmente trabalhadores informais e utilizadores de transportes públicos.

- *Estímulo à produção nacional e à industrialização,* com incentivos fiscais e acesso facilitado ao crédito produtivo.
- *Fortalecimento da proteção social,* com ampliação da cobertura dos serviços básicos e melhoria da eficiência dos programas sociais.
- *Reformas estruturais na gestão pública*, com foco na transparência, racionalização da despesa e combate à corrupção. *Promoção do diálogo com a sociedade civil,* para garantir maior legitimidade e participação nas decisões económicas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica da política económica angolana contemporânea, centrada na retirada dos subsídios aos combustíveis, revela um cenário de desequilíbrio entre os objectivos fiscais do Estado e os impactos sociais gerados pelas medidas adoptadas. Embora o governo tenha alcançado superávit orçamental e projetado crescimento económico, os custos sociais da subida do preço do gasóleo que passou de 135 para 400 kwanzas por litro têm sido profundos e transversais. Os efeitos sobre o poder de compra, a inflacção, o desemprego e a competitividade dos sectores produtivos demonstram que a política de austeridade, quando não acompanhada de mecanismos compensatórios eficazes, tende a agravar a pobreza e a desigualdade social. A ausência de contrapartidas sociais visíveis e a fragilidade da protecção social comprometem os princípios de justiça fiscal e inclusão previstos na Estratégia Angola 2025. Além disso, a desvalorização do Kwanza e a escassez de divisas dificultam o ambiente de negócios, desincentivando o investimento estrangeiro e limitando a capacidade de recuperação económica sustentável. A desconexão entre o discurso político e a prática governamental evidencia a necessidade de uma reorientação estratégica da política económica, mais sensível às realidades sociais e estruturada em pilares de equidade, eficiência e inclusão. Portanto, torna-se urgente repensar as estratégias económicas do país, adoptando uma abordagem que valorize o capital humano, estimule a produção nacional e garanta estabilidade monetária. Só assim será possível construir um futuro de prosperidade partilhada, onde o crescimento económico se traduza em melhoria real das condições de vida para todos os angolanos.

Recomendações

Para que Angola alcance um modelo de crescimento inclusivo e sustentável, recomenda-se

- Adoptar uma abordagem multidimensional na formulação de políticas económicas, integrando aspectos fiscais, sociais e produtivos.
- Estabelecer metas claras de redução da pobreza e desigualdade, com indicadores mensuráveis e acompanhamento periódico.
- Reforçar a capacidade institucional do Estado, especialmente nas áreas de planeamento, estatística e monitoramento de políticas públicas.
- Priorizar investimentos em educação, saúde e infraestruturas produtivas, como forma de gerar emprego e dinamizar a economia interna.
- Buscar cooperação internacional técnica e financeira, alinhada aos objectivos de desenvolvimento sustentável e às necessidades locais.

REFERÊNCIAS

Ango Emprego. (2024). *Recrutamento Zona Económica Especial 2025 – Bolsa de Oportunidades ZEE*. https://angoemprego.com

Angola24Horas. (2024). *Bancos angolanos reconhecem pressão da falta de divisas*. 16

Angola24Horas. (2025). *Angola com ligeira desvalorização do kwanza e aumento de divisas em 2025*. 20

ARSEG. (2025). *Draft da ENIF 2025–2027*. 22

Associação Upangue, OMUNGA, Friends of Angola, FORDU & ALDA. (2025). *Nota pública sobre o impacto da retirada de subsídios aos combustíveis*. Angola24Horas. https://angola24horas.com/sociedade/item/32266

Banco Mundial. (2024). *Estudo sobre os impactos da retirada dos subsídios aos combustíveis em Angola*. Expansão. 1

Banco Mundial. (2025). *Impacto da inflação nos países em desenvolvimento*. Citado em Radio Angola. https://radioangola.org

Banco Nacional de Angola (BNA). (2024). Relatório Anual sobre Política Monetária.

Cassâmbua, J. (2023). *Política fiscal e desigualdade em Angola*. Luanda: CEIC.

Cassâmbua, J. U. (2023). *Análise da subida dos preços dos combustíveis em Angola: impacto social*. Academia.edu. 16

CEDESA. (2025). *Economia angolana: tempo de reformas aceleradas*. 10

CEIC – Universidade Católica de Angola. (2021). *Relatório Económico de Angola 2019–2020*. 7

Consulta Pública. (2025). *Estratégia Nacional de Inclusão Financeira de Angola 2025–2027*. 21

Correio da Kianda. (2025). *Políticas sociais em Angola: desenvolvimento real ou promessas vazias?*18

DocsLib. (2025). *Plano de Desenvolvimento Industrial de Angola 2025*. https://docslib.org

Economia & Mercado. (2024). *Oxford Economics diz que Angola só volta aos mercados financeiros em 2025*. 15

Editorialge. (2025). *Angola Transformação Industrial: Rumo à Diversificação Econômica*. https://pt.editorialge.com

Fernandes, N. (2025). *Subida dos combustíveis: Economista adivinha dias difíceis em Angola*. MSN Notícias. 12

FMI. (2023). Angola: Article IV Consultation Report.

Fundo Monetário Internacional. (2025). *Angola: Consulta do Artigo IV – Comunicado oficial*. https://www.imf.org/en/News/Articles/2025/02/24/pr-2541-angola-imf-exec

Fundo Monetário Internacional. (2025). *Relatório sobre Angola: Perspectivas económicas e recomendações*. Washington, DC: FMI.

Gira Notícias. (2025). *Lançado programa nacional de industrialização rural*. https://www.giranoticias.com

Gomes, E. (2023). *Os prós e os contras das privatizações em Angola*. VOA Português. 3

Governo de Angola. (2023). *Estímulo à produção nacional: procedimentos e preços dos produtos da REA*. 11

Governo de Angola. (2024). *OGE 2025: Executivo angolano prioriza segurança alimentar, produção nacional e combate à pobreza*. PlatinaLine. 9

Governo de Angola. (2024). *PROPRIV - Estado privatiza 109 activos desde 2019*. 5

Gunza, J. C. (2025). *Não existe almoço grátis: o custo invisível das políticas públicas em Angola*. Academia.edu. 8

Hold On Angola. (2025). *Sociedade civil defende medidas de compensação para mitigar efeitos do ajuste nos combustíveis*. 5

Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola. (2025). *Plano de Desenvolvimento Industrial de Angola 2025*. https://idiia.gov.ao

Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo. (2025). *Comunicado oficial sobre o reajuste dos preços dos combustíveis*. Angola24Horas. 8

InvestinAngola. (2025). *Estratégias Governamentais para atrair investimento estrangeiro*. 10

Ministério do Planeamento. (2007). *Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025)*. 6

Ndosi, M. (2019). *Justiça fiscal e desenvolvimento inclusivo em África*. Maputo: CODESRIA.

Ndosi, N. (2019). *A política monetária angolana no contexto da economia internacional*. Universidade do Minho. 10

O Estandarte. (2024). *OGE 2025 reforça aposta na protecção social para atenuar subida dos preços dos combustíveis*. 21

ONU Angola. (2023). Relatório de Desenvolvimento Humano.

Oxford Economics. (2024). *Desvalorização do Kwanza e perspectivas para 2025*. 22

Piketty, T. (2014). O capital no século XXI. São Paulo: Intrínseca.

PlatinaLine. (2024). *OGE 2025: Executivo angolano prioriza segurança alimentar, produção nacional e combate à pobreza*. 15

Rocha, A. (2025). *Economista critica desigualdades em Angola e defende melhor distribuição de rendimentos*. Angola24Horas. https://angola24horas.com

Rocha, A. (2025). *Pobreza no país: economista critica desigualdades em Angola*. Jornal Hora H. https://jornalhorah.info

Sacala, A. C., Eliseu, G. J., & Mecoca, G. A. Q. (2025). *Assimetrias no processo de redistribuição da renda em Angola: Uma análise comparativa entre a região norte e sul de Angola de 2019 a 2023*. Revista Científica Interdisciplinar da UNIKIVI, 01(01), 1–12. 15

Sachs, J. D. (2005). O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. São Paulo: Companhia das Letras.

Sociedade Civil. (2025). *Medidas de compensação para mitigar efeitos do ajuste nos combustíveis*. Hold On Angola. https://holdonangola.com

Trading Economics. (2025). *Taxa de Inflação em Angola*. 6

utive-board-concludes-2024-article-iv-consultation

VOA Português. (2024). *Angola: 2025 de incertezas e muitos desafios*. 7

****